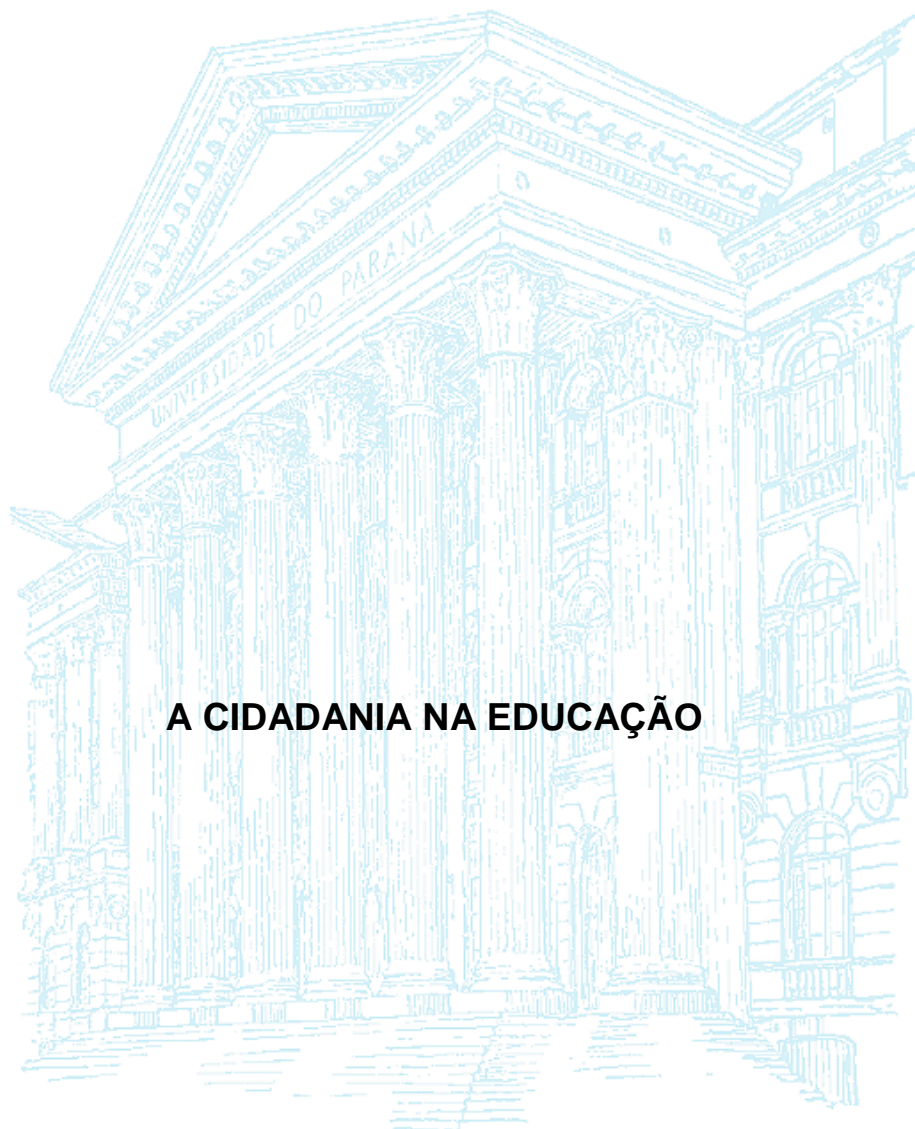


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor Litoral

Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos



A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor Litoral
Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos

JOICE TOMEN
A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Daniela Arcanjo


Matinhos
2015





PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

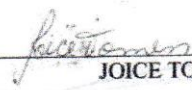
Os membros da Banca Examinadora designados pela Orientadora Prof^a. Dr^a. **DANIELA RESENDE ARCHANJO** realizaram em 20/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **JOICE TOMEM**, sob o título “*A cidadania na educação*”, para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “ 8,5 ” e conceito “ AS ”.

Matinhos, 20 de junho de 2015.


Prof^a. Dr^a. Daniela Resende Archanjo
Orientadora


Prof^a Msc. Cristiane Rocha Silva
Professora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos


Prof^a. Iara da Silva Franca
Tutora do Curso de Especialização
*Educação em Direitos Humanos – Pólo
Paranaguá*


JOICE TOMEM
Estudante do Curso de Especialização
*Educação em Direitos Humanos - UFPR Setor
Litoral*

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1967
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Tomen, Joice

A cidadania na educação / Joice Tomen. – Matinhos, 2015.
36 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Arcanjo
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação em
Direitos Humanos) - Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.

1. Educação social – direitos humanos – Brasil.
 2. Escola – cidadania – ética.
 3. Estado – conscientização do sujeito – democratização da
informação.
- I. Título.

CDD 323.6

A minha mãe Rosangela, pelo apoio e paciência.

A minhas amigas, que também me apoiaram nos
momentos de dúvida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e forças para prosseguir, mesmo nos momentos em que tudo parecia impossível e muito difícil .

A minha família, pelo carinho, amor e apoio constantes.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte deste caminho, o meu muito obrigada.

Há três métodos principais através dos quais podemos procurar resolver os problemas do mundo. O primeiro é a revolução. Isso significa revolta violenta. O exemplo da Revolução Francesa e as experiências de Lênin e Stalin nos fazem recear que essa violência possa criar apenas outra tirania. O revolucionário tem, com demasiada frequência, uma perspectiva maquiavélica e justifica qualquer método para atingir seu objetivo. No fim, pode estabelecer um governo de opressão quase tão retrogrado quanto o regime anterior. Os grandes educadores do passado, como Sócrates, Erasmo e Tolstói, observaram que a mudança tem de vir de dentro e tem de basear-se em princípios éticos.

O Segundo meio, pelo qual podemos buscar uma solução para os problemas do mundo, é a guerra. Heráclito, na Grécia, observava que a guerra é a mãe de todas as coisas e que cria as sementes do progresso. Hegel observou que a guerra decide o destino do mundo. Nietzsche disse certa vez que a guerra é a essência da civilização. Hoje, porém, sabemos que um conflito maior significaria o fim da civilização. Depois de milhões de seres humanos terem sido mortos no século XX, nossos dilemas são exatamente tão agudos quanto o eram no século XIX. Uma guerra atômica seria um pesadelo ímpar para a humanidade. Nossa terceira alternativa é a educação. Opera lentamente, de modo evolucionário. Não cria utopias repentinas. Não oferece remédios mágicos. Não faz promessas categóricas. Exige esforço e disciplina. Desperta o homem para suas próprias potencialidades criativas. A educação, considerada corretamente, é o instrumento de sobrevivência mais formidável que o homem possui.

(História do Pensamento educacional, p. 28, Frederick Mayer)

RESUMO

Hoje muito se fala em Educação e Cidadania, e em Educação para a Cidadania, mas como ocorre a formação do Cidadão? O que é ser cidadão? Como historicamente o cidadão ganha espaço e notoriedade. Sabendo-se que a escola pode ser um espaço de reprodução ou um espaço de resolução de conflitos, visto que em seu interior existam vários tipos de ideologia, interesses e ideias. Assim, a educação é uma via de mão dupla, uma vez que a própria educação constitui-se em um dos direitos dos cidadãos, e ao mesmo tempo a educação faz-se um manancial para que o exercício de cidadania se torne possível. Partindo destas contradições é que se propõem analisar as relações existentes entre a educação e a cidadania e suas implicações na formação e na transformação da sociedade, com intuito de saber se a educação contribui para a formação dos nossos cidadãos ou se ainda apenas continua reproduzindo a ideologia da classe dominante.

Palavras-chave: Educação, Cidadania, Relação.

ABSTRACT

Today much is said on Education and Citizenship and Citizenship Education, but as is the formation of the Citizen? What is a citizen? As historically the citizen wins space and notoriety. Knowing that the school may be a play space or a space of conflict resolution, because inside there are several types of ideology, interests and ideas. Thus, education is a two-way street, since education itself is in one of the rights of citizens, while education makes up a wellspring for the exercise of citizenship becomes possible. From these contradictions is that they propose to analyze the relationships between education and citizenship and its implications in the formation and transformation of society, in order to know whether education contributes to the formation of our citizens or it is still only playing ideology the ruling class.

Keywords: education, citizenship, relationship.

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------|----|
| RESUMO..... | 8 |
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1 Cidadania..... | 13 |
| 2 Educação..... | 19 |
| 2.1 Ideologia..... | 24 |
| 3 Educação e Cidadania..... | 28 |
| Considerações Finais..... | 35 |
| Referências..... | 37 |

Introdução

Ao se analisar a escola e quais os tipos de relação que esta tem e estabelece com a sociedade não é difícil escutarmos frases como: “a educação é o caminho para a cidadania” ou “ educação para a formação de cidadãos”, mas para respondermos essas questões primeiramente somos remetidos a questões como: o que é ser cidadão? A escola ou a educação podem transformar a sociedade? Até que ponto os educadores se sentem responsáveis por essas transformações? O que é necessário para formar cidadãos? A escola realmente “forma cidadãos críticos e autônomos”?

Antes de tratar propriamente da relação entre a educação e a cidadania é necessária uma compreensão específica de cada uma destas categorias, daí a necessidade de recorrermos a história. Na Antiguidade tinham direito à educação os homens livres, é justamente esses que vão se destacar como cidadãos e ter condições da participação política.

Já na Idade Média, com a apropriação privada da terra, o qual era o principal meio de produção da classe dos proprietários, os quais não precisam trabalhar na terra, pois para isso existiam os escravos. Essa classe ociosa, que vive do trabalho alheio, vão procurar ocupar o seu tempo de forma digna (através da educação), e como parte da classe dominante, são eles também cidadãos que participavam da vida política.

Na sociedade moderna em que prevalece o modo de produção capitalista, a classe dominante (burguesia) é que detém a propriedade privada dos meios de produção, em razão da sua ostentação econômica, é justamente essa classe (burguesia) que sobressairá enquanto cidadão. E a educação vai atender os interesses desta classe.

Nos dias de hoje a educação assumiu um papel na sociedade, mas com essa função surge mais um questionamento: a escola tem agido no sentido de manter a estrutura social existente, ou tem sido um instrumento de transformação?

Em meio aos questionamentos faz-se necessário analisar a relação entre a educação e a cidadania, entender quais valores, parâmetros e ideologias estão presentes nesta relação, se ainda hoje a educação atua como instrumento de

reprodução da sociedade tal que como é, preservando a ideologia da classe dominante ou se estão sendo buscados novos caminhos.

Assim, no capítulo 1, buscamos o histórico e a visão sobre a cidadania. Começamos pela Grécia, na qual se tem os primeiros conceitos de cidadania, passamos pela visão do século XVIII, onde a burguesia, classe em ascensão, remolda a cidadania e nos faz identificar muito do que temos hoje de cidadania em nossa sociedade.

No capítulo 2, buscamos no processo histórico a finalidade que a educação teve neste processo, como ela surgiu, qual a relação da educação com a sociedade.

Com estes dois capítulos vimos a necessidade de se fazer uma breve análise sobre a ideologia, uma vez que identificamos esta presente nos outros dois conceitos citados anteriormente, pois nas ações sociais e na educação que nos é transmitida, temos um conceito ideológico que nos é repassado.

No capítulo 3 buscamos a relação existente entre a educação e cidadania, uma vez que nos discursos e nas Leis encontramos a cidadania presente nos objetivos da educação.

E por fim, nas considerações finais, temos as quais conclusões pudemos chegar, após a pesquisa bibliográfica e de campo, sobre a relação da cidadania e educação e qual a pretensão de cidadãos a escola busca, e quais as possíveis transformações podem ocorrer.

1 Cidadania

Ao se questionar sobre cidadania com pessoas de convívio social, surgem as seguintes questões: quais são os direitos que a população tem como cidadã? Se há direitos, quais os deveres?

Como breves respostas há o Direito à moradia, ao voto, à educação, à locomoção, à saúde, ao trabalho, à alimentação, à justiça, à liberdade de expressão; direitos estes os quais serão abordados com mais afinco no decorrer desta pesquisa.

E os indivíduos que podem usufruir desses direitos são chamados de cidadãos. Ser cidadão é respeitar e participar das decisões coletivas a fim de melhorar sua vida e a da sua comunidade. Sobre esse direito de ser cidadão Dallari (1998) afirma que: “Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (DALLARI, 1998, p.14)

E não se pode esquecer que há também os deveres do cidadão, e dentre eles está o de respeitar as leis, as autoridades, manter a ordem, entre outros. Neste sentido Dallari(1998) também aponta que: “ é importante assinalar que os direitos da cidadania são, ao mesmo tempo, deveres” (DALLARI, 1998, p.16).

Ao longo do processo histórico é possível observar que a palavra cidadão foi sendo modificada. Na Grécia clássica, cidadãos eram aqueles que participavam ativamente da vida na cidade, dos negócios e da vida política. Assim, as Assembléias eram reservadas aos que eram cidadãos, ou seja, aos homens livres descendentes de pessoas nascidas na cidade. Os conselhos e os tribunais eram reservados aos eleitos para suas funções, embora toda cidade pudesse sê-lo.

Na sociedade Grega, eram considerados cidadãos todos aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade. Entre tais condições, estava a de que fosse um homem totalmente livre, isto é, que não tivesse a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nos negócios públicos exigia dedicação integral, assim apenas os proprietários de terras eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo. A cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos, identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade.

Além dos homens ocupados (comerciantes, artesãos), as mulheres, os escravos e os estrangeiros também eram excluídos, e com estes critérios tornava-se pequeno o número de cidadãos.

Celso Lafer, (2001, citado por Mário Quintão) entende que a igualdade resulta da organização humana, que é o meio de diminuir as diferenças contidas nas instituições. É o caso da *polis*, que tornava os homens iguais através da lei. Perder o acesso à esfera pública equivalia a privar-se da igualdade. O indivíduo, destituído da cidadania e submetido à esfera privada, não usufruía os direitos, que só podiam existir em função da pluralidade dos homens. A esfera privada, vinculada às atividades de sobrevivência do indivíduo, era o espaço de sujeição no qual a mulher, o escravo e os filhos, destituídos de direitos, estavam sob o domínio despótico do chefe de família e a proteção das divindades domésticas.

Lembra BERNARDES (1995) que o Estado na época de Roma e Grécia era mais um prolongamento da família, pois esta era a base da sociedade. E sendo assim, o indivíduo encontrava-se completamente absorvido pelo Estado ou pela Cidade-Estado. Enquanto que para os cidadãos atenienses eram reservados os direitos políticos, tomando parte das Assembleias, para exercerem a magistratura e proporcionarem a justiça.

Em Roma também se encontra presente, a ideia de cidadania como a capacidade que o indivíduo tem para exercer direitos políticos e civis e a distinção entre os que possuíam essa qualidade e os que não a possuíam. A cidadania romana era atribuída somente aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos, pois em Roma existiam três classes sociais: os patrícios (descendentes dos fundadores), os plebeus (descendentes dos estrangeiros) e os escravos (prisioneiros de guerra e os que haviam contraído dívidas). Existiam também os clientes, que eram homens livres, dependentes de um aristocrata romano que lhes fornecia terra para cultivar em troca de uma taxa e de trabalho, segundo informam PEDRO e CÁCERES (1996).....

A diferença entre patrícios e plebeus é que estes, apesar de homens livres, não eram considerados cidadãos, privilégio dos patrícios, que gozavam de todos os direitos políticos, civis e religiosos. Isso motivou várias lutas internas, entre patrícios e plebeus. Após a reforma do Rei Sêrvio Túlio, os plebeus tiveram acesso ao serviço militar e lhes foram assegurados alguns direitos políticos. Só a partir de 450 a.C., com a elaboração da famosa Lei das Doze Tábuas, foi assegurada aos plebeus uma

maior participação política, o que se deveu em muito à expansão militar romana. O Direito Romano regulava as diferenças entre cidadãos e não-cidadãos. O direito civil (*iuscivile*) regulamentava a vida do cidadão, e o direito estrangeiro (*ius gentium*) era aplicado a todos os habitantes do Império que não eram considerados cidadãos.

Em 212 d.C., Caracalla, na célebre *ConstitutioAntoniniana*, concedeu a cidadania a quase todos os habitantes do Império. As exceções que subsistiram desapareceram com Justiniano.

Na lição de Mário Quintão (2001), o Direito Romano, apesar de proteger as liberdades individuais e reconhecer a autonomia da família com o pátrio poder, não assegurava a perfeita igualdade entre os homens, admitindo a escravidão e discriminando os despossuídos. Ao lado da desigualdade extrema entre homens livres.

Já na Idade Média, que foi um período de transformações, adaptações e de surgimento de uma nova realidade organizacional da sociedade, período em que ocorreram mudanças nas atitudes mentais e nas relações entre o saber e a política, cidadãos eram os nobres que gozavam do direito de ir e vir, eram os guerreiros e os sacerdotes.

Com o surgimento dos feudos na Europa, o poder passa a estar todo com os senhores feudais. Surge assim o feudalismo, o qual tem por características em sua sociedade a relação de vassalagem, ou seja, total fidelidade e submissão dos vassallos aos senhores feudais. Nessa relação o vassallo, em troca de proteção e segurança, inclusive econômica, oferecia fidelidade, trabalho e auxílio ao suserano, que, reciprocamente, investia o vassallo no benefício, elemento real e econômico dessa relação feudal. Como costume e tradição desta relação no lugar das leis, vigorava o costume do feudo, o qual era um sistema de obrigações e serviços mútuos, permeando a hierarquia de cima a baixo.

Pequenas aldeias e burgos começam a se formar ao redor dos feudos, onde “a divisão social do trabalho fez aparecer outra organização social, a corporação de ofícios”(CHAUÍ, 1998, p.393). É a partir dessa nova organização social que surgira a burguesia, que nos séculos seguintes se fortaleceu, desenvolvendo-se econômica e socialmente.

Juntamente com o surgimento das cidades burguesas há o avanço do desenvolvimento econômico, o que faz com que comece uma disputa entre a burguesia e os senhores feudais, já que aqueles não queriam mais se submeter às

regras e atributos desses, surgindo a necessidade de reformular o antigo conceito de cidadania.

Em seu processo de fortalecimento, a burguesia busca tornar-se cada vez mais independente dos reis, papas e imperadores, procurando acabar com as monarquias absolutistas, onde ao rei eram atribuídos direitos divinos. Surgem então as grandes revoluções do século XVIII que BENEVIDES (1998, p.155) chama de “revoluções burguesas”, destacando-se a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, as quais trouxeram importantes modificações para a vida social e para a educação.

De acordo com BIRMAN (2000), é somente no século XVIII que o conceito de civilização ganha um novo significado e teve seu registro nos campos ético, político e teórico. A Revolução Francesa torna-se então o berço de um novo ideário, sendo que um dos primeiros atos da burguesia após a sua vitória foi o de institucionalizar um novo regime, demolindo de uma vez por todas as estruturas do antigo regime que até então privilegiava a nobreza, o clero e a monarquia.

Mas não seria possível para a burguesia conseguir tal feito sozinha, e como aqui não queremos contar a história pela ótica dos vencedores, destacamos que os burgueses não foram os heróis que sozinhos conseguiram tomar o poder da mão dos opressores, a monarquia. Como bem aponta CHAU: “cada classe emergente (...) precisa formular seus interesses de modo sistemático, e para ganhar apoio do restante da sociedade contra a classe dominante, precisa fazer com que tais interesses apareçam como sendo interesses de toda sociedade” (CHAUÍ, 1998, p.90)

Ou seja, a burguesia precisava de aliados, para isso, promove as ideias de liberdade e igualdade, fazendo com que os membros da sociedade feudal, que até então viviam uma relação de total domínio e submissão, apoiassem seus atos, surgindo assim “uma nova visão do homem e do cidadão” (BENEVIDES, 1998), que é a ideia do cidadão livre, que é o direito de todos buscarem a liberdade, que as lutas devem ser de todos em busca de um ideário de sociedade, prevalecendo a ideia de que existe uma coesão social e que os direitos são iguais para todos.

Após a fase das Revoluções burguesas, dá-se origem a um novo tipo de estado, o Estado de Direito, onde a característica principal é a ideia de que todos têm direitos iguais perante a Constituição, destacando-se como já dito, os direitos à igualdade, à liberdade e à fraternidade plena. CANIVEZ (1991, p.26) assim define o

Estado de Direito: “o exercício do poder é regulamentado pela lei, em relação a qual todos os indivíduos são iguais”.

O documento político que consagrou a vitória do ideal burguês na França foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Neste documento, os direitos à cidadania são considerados atributos da nacionalidade e relacionados com os direitos políticos. Mas, mais uma vez, não são todos que tem direito à cidadania, pois como a própria palavra diz, cidadão refere-se aos habitantes da cidade, e assim sendo, os moradores rurais estavam excluídos da cidadania. E não somente os moradores rurais, mas também os trabalhadores não tinham direito à cidadania, pois estes não teriam tempo para se dedicar à vida pública, pois teriam seu tempo ocupado pelo trabalho (aqui começa a separação entre os que pensam e os que executam o trabalho), e as mulheres e crianças, pois essas eram dependentes dos homens e não respondiam por si. A declaração dos direitos do homem e do cidadão firma a propriedade como direito supremo, ou seja, o cidadão pleno é o proprietário dos meios de produção e do capital.

No projeto burguês da classe ascendente, essa cidadania é muito mais de caráter formal e delimitada ao direito de propriedade privada e à liberdade. Aos não proprietários cabia uma cidadania restrita: como cidadãos passivos, teriam direito a proteção de sua pessoa, de sua liberdade e de sua crença, mas não eram qualificados como membros do Estado (RAMOS, 2011, p.30).

Assim, pode-se ver que as promessas de igualdade e liberdade para todos, garantidas pelo Estado de Direito, não passam senão de mais uma forma de dominação da classe dominante sobre a sociedade, na medida em que é o Estado quem estabelece e passa a ser o tutor legal das leis e direitos, e esse Estado é formado senão pela burguesia. Essas novas ideias seriam uma forma de ocultar os verdadeiros objetivos da burguesia, que não era o de ampliar os direitos de toda sociedade, mas sim, de torná-los mais restritos à elite, é a ideologia burguesa do século XVIII.

No Brasil, com a chegada dos jesuítas temos um marco no início da nossa história.

Neste período jesuítico vamos encontrar a sociedade brasileira dividida entre os senhores de engenho, que eram os proprietários de imensas áreas de terra onde

se explorava a agricultura canavieira; o clero que eram os pequenos proprietários de terras e os comerciantes; e os escravos negros, cuja mão-de-obra sustentava a economia colonial. A autoridade dos senhores de engenho era semelhante a dos senhores feudais.

Em relação à cidadania haviam poucas pessoas, a maioria era excluída, começando pelos índios e africanos que perderam a liberdade, foram excluídos do novo modelo econômico, trabalhavam forçado para contribuir na acumulação do capital e eram vítimas de violência física e moral.

Na fase colonial, além dos africanos e índios, a população branca e pobre também era vítima de exploração, os “homens bons” eram aqueles que possuíam um destaque na sociedade devido as suas condições econômicas ostentadas.

Após a independência do país em 1822, no ano de 1824 foi instaurada a primeira Constituição brasileira, prevalecendo os privilégios e direitos a elite. Nesta constituição era definido quem podia ou não votar; o voto censitário excluía mulheres e analfabetos e dava direito a voto e direito de ser votado apenas com a comprovação de renda mínima. Apenas na Constituição de 1891 foi eliminada a exigência de comprovação de renda para votar e ser votado. Mas continuaram excluídos os analfabetos, escravos e mulheres.

Temos 1930 como um ano que marca os primeiros sinais sociais da cidadania brasileira. A criação de uma legislação trabalhista e previdenciária transformou as relações entre capital e trabalho, e a legislação social começaram a dar uma nova configuração à história dos trabalhadores brasileiros.

Durante a ditadura militar os direitos civis foram limitados, como o direito de ir e vir e o direito a expressão.

Apenas na Constituição de 1988, o cidadão encontra seus Direitos estabelecidos e Determinados em Lei. Esta Constituição estabelece em seu Art. 5º: “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (C. F, p.15).

2 Educação

Assim como os animais, o homem também possui instintos, porém a grande parte do seu comportamento é “determinada” pela sua capacidade de aprendizagem. Embora ele adquira uma série de conhecimentos através da sua hereditariedade, ou seja, tradições familiares, sociais e/ou culturais, com a sua capacidade de aprendizagem ele pode realizar uma descoberta individual e independente e também pode estabelecer troca de conhecimentos com os outros indivíduos.

Como a herança da experiência dos indivíduos anteriores, um benefício valioso que foi e vem sendo desfrutado é o desenvolvimento da linguagem. Através da linguagem os conhecimentos da cultura humana foram sendo transmitidos de indivíduos para indivíduos possibilitando a aquisição de novas aprendizagens, e contribuindo para que os indivíduos aproveitem das experiências de seus antepassados, sem precisar descobri-las novamente.

BRANDÃO (2005) entende a educação como um processo de humanização que se dá ao longo da vida, podendo ocorrer nos mais variados lugares ou grupos, sendo que como um processo, ela é anterior ao aparecimento da escola.

“Não há uma única forma nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece talvez nem seja o melhor, o ensino escolar não é sua única prática e o professor profissional não é seu único praticante”. (Brandão, 2005; p.9)

Em um breve apanhado da história podemos identificar algumas finalidades que a educação teve. A educação na Antiga Grécia era ministrada visando objetivos diferentes. Em Atenas o objetivo estava voltado para o aprimoramento da razão, o cultivo das artes, ciências e filosofia, já em Esparta o objetivo era atingir o bom preparo físico para o exercício na vida militar. Em Roma o ideal educacional se dirigia para a integração do indivíduo a vida social. Na Idade Média, a preocupação fundamental estava dominada pelo aspecto religioso do ensino. E na Renascença pretendia a valorização do homem, cujo interesse deveria estar voltado para as coisas da Terra e não do Céu.

Para Brandão (2005), a educação é uma fração do modo de vida do homem. Ela pode ocorrer com classe, sem classe, pode ocorrer na rua, na família, na igreja, enfim, de diversas maneiras e nos mais variados lugares. Ela aparece onde há intencionalidade de se ensinar ou de aprender. A educação “se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas” (p.14). É o que ele chama de “experiência endoculturativa”, ou seja, o processo de aquisição de símbolos, crenças e idéias, e da cultura, feita de maneira intencional, com o objetivo de modelar a criança para se tornar um adulto dentro dos padrões sociais.

Para Brandão (2005), a educação surge nas sociedades primitivas onde era realizada de maneira livre e comum entre todos. Com a convivência o saber é transmitido pelos atos de quem sabe e faz para quem não sabe e passa a aprender. Assim como Brandão exemplifica:

As meninas aprendem com as companheiras de idade, com as mães, com as avós, as irmãs mais velhas, as velhas sábias da tribo, com esta ou aquela especialista em algum tipo de magia ou artesanato. Os meninos aprendem entre os jogos e brincadeiras de seus grupos de idade, aprendem com os pais, os irmãos da mãe, os avós, os guerreiros, com algum xamã (mago ou feiticeiro), com os velhos em volta da fogueira. Todo o agente desta educação de aldeia cria de parte a parte as situações que, indireta ou diretamente, forçam iniciativas de aprendizagem e treinamento (2005, p. 19).

Estes saberes transmitidos na comunidade e que todos de algum modo aprenderam, sendo observando, imitando, instruindo, tem em menor ou maior escala a sua dimensão pedagógica, pois nele há intenção pedagógica, pois tudo que envolve um saber a ser repassado parte-se de um modelo de ensino.

Essa educação transforma-se em ensino à medida que começam a surgir “as hierarquias sociais (...) o saber da tribo se divide, começa a se distribuir desigualmente e pode passar a servir ao uso político de reforçar a diferença” (Brandão, 2005, p.27), ou seja, a educação das comunidades primitivas que até então reproduziam as igualdades, com o aparecimento da escola passa a reproduzir as desigualdades.

A educação passa assim a servir como uma arma de reforço da desigualdade entre os homens, na medida em que alguns a usam como recurso de dominação do próximo. A primeira divisão que se faz no ensino é entre categorias de pessoas, homens e mulheres, crianças, jovens e adultos. Ocorre também a divisão por

categorias de sujeitos, onde era considerada a posição social de cada indivíduo dentro do grupo.

É partindo desse conceito, que podemos dizer que a educação irá formar tipos de homens, ou seja, uns se educam para serem senhores, por exemplo, outros para serem servos, realizando assim a divisão do saber.

A educação que conhecemos hoje tem suas raízes na educação ocorrida na Grécia e Roma antigas. Foi nessas sociedades que surgiu a educação que se denominava “tecne”, onde o ensino é voltado ao fazer, destinando-se assim aos trabalhadores manuais, livres ou escravos. Já o ensino voltado para a vida, para ser um homem livre e participante da vida da polis denominava-se “teoria”, e acontecia apenas para os nobres. Inicia-se então, a separação entre os que fazem e os que pensam.

Durkheim, citado por Brandão (2005), define a educação da seguinte maneira:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destina. (2005, p.71).

Por assim dizer, a educação é uma prática social, que irá criar certos tipos de homens de acordo com os tipos de saberes que transmitir. É uma maneira de reproduzir a ordem de cada sociedade, em diferentes momentos, de acordo com as exigências e ideologias de cada uma.

Dewey, citado por Freitag (1984,p.19), define a educação da seguinte maneira: “Educação não é preparação, nem conformidade. Educação é vida, é viver, é desenvolver-se é crescer”.

Para Freitag (1984,p.15) a educação “baseia-se em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade”. Neste sentido, podemos afirmar que a educação é uma prática social, através da qual o homem é inserido no meio em que vive. Com ou sem escola, ninguém escapa de educação, e todos, de uma maneira ou de outra, passamos parte de nossas vidas envolvidas com a educação.

Buffa (2003) nos propõe entender a educação tal como ela é a partir das novas relações de trabalho que surgiram a partir do século XVIII. A partir da Revolução Industrial, surge uma nova forma de trabalho que até então era manual. O saber do ofício, o processo de produção e a ferramenta de trabalho que pertencia ao próprio trabalhador, passa agora a pertencer ao proprietário do capital. O trabalho agora é parcelado, ou seja, o trabalhador realiza apenas uma etapa do processo de produção. Encontra-se, pois, despossuído do saber e da ferramenta de trabalho.

Vemos então que as transformações ocorridas na produção de vida material irão provocar mudanças na organização política, que por sua vez, trará transformações na organização escolar. É o surgimento da escola moderna.

Segundo Ramos (2001), o pensamento iluminista do século XVIII entende as diferenças sociais como diferenças de capacidade. E aí, a educação encontra a sua tarefa, que é a de libertar os homens de si mesmos, libertá-los dos vícios que poderiam interferir em sua jornada de trabalho. A educação é parte do projeto burguês, já que precisava agora de sujeitos livres e com um mínimo de instrução para operar as máquinas, com o intento de banir todo e qualquer entrave ao desenvolvimento econômico, por isso era de grande “importância” a educação das populações. Portanto, “a construção da moderna utopia social e política passou a ser impensável sem a educação” (Ramos, 2001, p.31).

... caberia agora a educação, a constituição do modelo civilizatório centrado na razão e na ciência, de maneira a transformar o infante de ser da natureza em ser de cultura (...) possibilitando a transformação do animal humano num cidadão.”
(BIRMAN, 2000, p..20-21)

E essa transformação do ser humano ocorre em dois vieses: o primeiro, pela forma de produção, pois é através dela que os homens garantem a sua sobrevivência; e a segunda pela produção cultural, pois é através dela que os homens garantem sua existência e progresso.

Ou seja, com a nova divisão do trabalho, a educação torna-se essencial para tornar a população livre para o trabalho, devendo aprender apenas o essencial para tornarem-se aptos para o trabalho. A educação deverá então formar a mão-de-obra trabalhadora, passando assim a servir os interesses do capital.

Por isso é disseminada a idéia de educação para todos, todos teriam direito à educação, e aqueles que não progrediam era por falta de capacidade, mascarando assim o verdadeiro propósito da burguesia, que era o de “produzir” uma grande massa de trabalhadores. Segundo Buffa (2003), haverá uma proposta de educação para os proprietários, que eram os cidadãos plenos, e outra para os não proprietários, os considerados cidadãos de segunda categoria ou os trabalhadores.

Para BIRMAN (2000), foi em decorrência desses fatos que a educação passou a ser obrigatória e dever do Estado, e não mais da família ou da religião. Já que agora, passa a ser permeada de interesses, primeiramente políticos, e depois sociais.

Mais uma vez a ideologia burguesa faz o seu papel que é o de definir a ordem, o correto, o legal, para toda a sociedade. Segundo Chauí (2006), a burguesia afirma valores positivos e universais, dentre eles a família, a escola e o Estado, definindo assim quem tem o poder, ou seja, o pai, o professor, o governo.

Visando abranger e expandir apenas as idéias de uma única classe social, os conteúdos a serem trabalhados nas escolas são assim definidos por Freitag (1984, p.16):

Os conteúdos da educação são independentes das vontades individuais; são as normas e os valores desenvolvidos por uma certa sociedade (ou grupo social) em determinado momento histórico, que adquirem certa generalidade e com isso uma natureza própria, tornando-se assim “coisas exteriores” aos indivíduos

Sabemos que ainda hoje existem instituições e profissionais da área que seguem essas ideias, mas não podemos deixar de citar que há autores e professores que acreditam em uma educação que tem como objetivo mostrar ao indivíduo que ele faz parte de uma sociedade na qual ele tem seu papel e quando adulto terá o direito e o dever de participar.

Assim, a educação desempenharia o papel de ajudar e contribuir para que esse indivíduo saísse do inconformismo, da acomodação, da submissão, e conseguisse atingir a ação do pensar e do agir.

Vale ressaltar que essa educação proposta não se torne um treinamento ou um repasse de regras a serem seguidas, mas sim que leve ele a sua própria

reflexão do pensar, para que assim o aluno possa por si próprio descobrir novas soluções, respostas e possa superar seus desafios, aqui, novamente, temos o papel do professor neste processo, o qual não deve e não pode ter essas ações apenas em seu discurso, sua prática também tem que apresentar sua consciência crítica. Quanto ao papel do processo educativo, citando Demo, João Cardoso Palma Filho (1998, p.78-79) anota:

A principal função da escola é viabilizar o acesso da população, independentemente da sua condição social, ao conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado.

[...] O que Demo propõe é uma ampla reforma educacional, capaz de produzir profundas modificações na formação inicial e continuada dos educadores, nos currículos e materiais didáticos e principalmente nos processos de gestão escolar. Desse modo, será possível passar da cidadania tutelada/assistida para a cidadania democrática, que ainda não temos. Para tanto conclui, é preciso criar na sociedade uma cultura democrática, na qual a democracia torna-se cotidiana.

2.1 Ideologia

Ao tratarmos da ideologia faz-se necessário buscar o histórico da mesma para a compreensão da forma como é utilizada hoje.

Retornando ao período Grego temos Aristóteles e sua teoria das quatro causas. Nesta teoria, todos os aspectos da realidade tinham algum motivo, já as causas, não tinham o mesmo valor, mas eram hierarquizadas. Nas causas encontramos: a causa motriz, a qual era responsável por transformar uma matéria em manufatura, e era de menor valor; e a causa final, a qual era o motivo ou a finalidade de alguma coisa, e era mais importante.

Com o homem passando a analisar e aplicar esta teoria em sua realidade, ele formulou a ideologia de que então os escravos eram a causa motriz e os senhores a causa final.

Percorrendo um pouco mais do período histórico, encontramos Augusto Comte, que acreditava que a humanidade tende a passar por três fases. A primeira é a fase fetichista ou teológica, na qual encontramos o homem explicando a realidade por meio do divino; a próxima fase é a metafísica, onde o homem busca

explicar a realidade utilizando princípios gerais e abstratos; e na terceira fase, a fase positiva ou científica, o homem contempla sua realidade, a analisa, fazendo assim com que formule leis gerais e uma ciência social que serão a base para o comportamento individual e coletivo.

Por fim, e de maior renome quando se fala em ideologia, temos Karl Marx. Marx nos explica que a ideologia está presente em diversos e mais variados meios e é utilizada para alienar o povo. Um exemplo de onde a encontramos é o Estado; enquanto a população acredita que o Estado estaria representando o interesse geral de todos, ele está na verdade representando o interesse e pretensões da classe dominante da sociedade.

Para a classe dominante se manter no poder ela poderia utilizar a violência contra aqueles que fossem contrários a ela, porém essa violência poderia se transformar em uma revolta da população, e qual a solução encontrada? Dominar as pessoas através do convencimento.

Para essas ações de convencimento, a classe que está no poder utiliza de todos os mecanismos que estão ao seu alcance, possíveis e imagináveis, para que apenas suas ideias sejam difundidas e acreditadas por todas as pessoas, como sendo verdadeiras, únicas e absolutas.

Para Gallo (2004), o emprego do termo ideologia teve origem no início do século XIX, e significa:

um corpo de ideias produzidas pela classe dominante que será disseminado por toda população, de modo a convencer a todos de que aquela estrutura social é a melhor ou mesmo a única possível. Com o tempo, essas ideias se tornaram a ideia de todos; em outras palavras, as ideias da classe dominante tornaram-se as ideias dominantes da sociedade.
(p. 37)

Assim sendo, desta maneira ocultam-se os verdadeiros objetivos, acabando por se impor ideias acreditadas por estes como sendo absolutas, fazendo com que todos aceitem e acatem sem ninguém questionar ou duvidar, alguns até acreditam que elas são necessárias.

Para Chauí (2006, p.13), “um dos traços fundamentais da ideologia, consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e

social...”, sendo assim, uma compreensão mais crítica da realidade fica comprometida, uma vez que é a realidade social que nos permite entender as ideias que vão elaboradas ao longo da história, pois o real, vai se construindo dentro de um movimento temporal, de acordo com os modos como o homem se relaciona com outros homens e com a natureza.

Segundo Chauí (1998) a ideologia é um fenômeno moderno que substitui o papel dos mitos e das teologias. Ou seja, não se acredita mais em poderes divinos concedidos ao homem, como ao sacerdote, por exemplo, agora em seu lugar encontram-se ideias: “o homem, a pátria, a família, a escola, o progresso, a ciência, o bem, o justo, etc (p.418).

A ideologia entende as ações humanas como sendo manifestações da consciência ou das idéias. E desta forma, a ideologia pretende unificar uma identidade social, mascarando, entre outros, as desigualdades sociais, as quais são tratadas como consequência de talentos diferentes, de falta de capacidade de alguns, da preguiça.

como o grupo pensante domina a consciência social, tem o poder de transmitir as idéias dominantes para toda a sociedade, através da religião, das artes, da escola, da ciência, da filosofia, dos costumes, das leis e do direito, moldando a consciência de todas as classes sociais e uniformizando o pensamento de todas as classes(Chauí, 1998, p.417)

A ideologia propriamente dita surge com a divisão social do trabalho, a divisão entre os que produzem os bens materiais e os que produzem as ideias. É o que Chauí (2006, p.62) chama de trabalho material e trabalho espiritual. “É o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais”.

Mas em nossa sociedade hoje, teríamos algum exemplo visível de ideologia em nosso dia a dia?

Para esta questão temos a resposta de que a ideologia está presente em grande parte, para não dizer em todos, os nossos atos. Ao realizar uma compra no mercado, escolho um produto sem perceber que esta minha escolha será influenciada pela propaganda que irei me recordar dele.

Quanto as propagandas, podemos observar que os meios midiáticos são os que mais nos dominam com a difusão da ideologia. Se ficarmos meia hora na frente

de uma televisão ou escutando um rádio, seremos bombardeados por propagandas que nos dirão o que devemos comprar, usar, vestir, como devemos nos comportar e até que opinião devemos ter sobre o assunto que está sendo tratado no momento. Para conseguir estes convencimentos, encontramos um marketing que nos tenta fazer (e faz a maior parte da população) acreditar que assim como na propaganda, se utilizar aquele determinado produto se conseguirá mais sucesso, mais liberdade, mais domínio sobre os anseios.

Com este único exemplo podemos observar o porquê da ideologia funcionar tão bem na nossa sociedade e porque ela não age no superficial ou no parcial, mas ela atravessa e invade o íntimo das pessoas, ela mexe nos desejos e anseios que a pessoa tem (ou passa a ter). Embora ela seja um corpo de ideias, essas ideias são dominadas pelas necessidades e desejos que elas despertam assim como Gallo explicita em seu discurso: “o discurso ideológico é aquele que consegue tocar nas vontades e nas ambições mais íntimas de cada indivíduo, dando-lhe a ilusão da sua realização”. (GALLO, 2004, p. 38)

3 Educação e cidadania

A cidadania está presente na educação sendo citada em duas Leis brasileiras, a primeira é a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, que em seu Artigo 205 assim prevê:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

Embora conste com a participação da família, pouco ou quase nada a família tem contribuído para a educação e a formação de seus filhos, deixando esse encargo para a escola e o professor, assim como a própria sociedade, pouco tem contribuído para a inserção do sujeito, basta ver o número de estudantes que desejam participar ativamente da sociedade com seu trabalho e não tem conseguido seu primeiro emprego.

Ainda nas Leis brasileiras, temos a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) de 1996, que em seu Artigo 2º assim define:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996).

Ambos os textos são bem semelhantes e o que pode ser observado é que a educação tem por sua finalidade formar indivíduos que convivam na sociedade e que nela exerçam um trabalho.

Mas não só em termos de Leis, mas também nos dizeres e no ideal da população, a crença de que a escola e a educação são instrumentos de transformação da sociedade, ou seja, que a educação é quem estrutura a sociedade há essa ideia, pois, como Freitag (1984) explica: “As desigualdades na sociedade não são percebidas como diferenças geradas histórica e socialmente pelo próprio

sistema social estabelecido, mas como justas, decorrentes das diferenças naturais entre os homens.” (Freitag, 1984. p.19) Saviani (1999) nos dirá que isso se trata de uma “inversão ideológica”, pois para ele, a escola é determinada pela sociedade (capitalista), que determina seus saberes. Encontramos em Althusser, o primeiro autor que identifica a escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE), ela auxiliará e produzirá as relações materiais e sociais de produção.

Segundo Saviani, “O AIE escolar, em lugar de instrumento de equalização social, constitui um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses” (p.34). Interesses esses que se observamos no decorrer histórico surgiram de forma hegemônica a partir do século XVIII, no auge de um novo ideal que se formava. Isto é, com a revolução Francesa onde os direitos do homem e do cidadão concebiam um novo tipo de homem, e com a Revolução Industrial, criando novas relações de produção de vida material, que por sua vez engendra um novo tipo de educação. Surge então a educação para todos.

Segundo Buffa (2003), essa educação para todos que agora passa a ser dever do Estado, deverá formar o cidadão disciplinado e que se sujeite, por amor, à ordem, pois é esse o tipo de homem que o capital necessita.

O ideal evolucionista e a ideologia do progresso concebem a razão e o saber como meios de transformação do homem, ou seja, o homem passa a ser agora o ser legislador do universo, tomando o lugar de Deus. Para Arroyo:

A ênfase na educação para a cidadania se alimenta de uma concepção da história como progresso inexorável da barbárie à civilização, da miséria à felicidade de todos, de exploração a liberdade, processo que se consuma na sociedade industrial-capitalista moderna. (ARROYO, 2002, p.69)

É desta forma que surgirá a educação moderna, na qual o cidadão é produto da educação escolar, que por sua vez é uma educação nacionalista, controlada pelo Estado, onde os ensinamentos religiosos são substituídos por ensinamentos cívicos, morais e patrióticos, visando os princípios democráticos e de liberdade. Neste sentido é que a educação se torna responsável pela formação do homem, é através da educação que este homem irá tornar-se um ser de civilização. Portanto é papel da educação enquadrar o homem que agora é “livre”, nas novas relações que se formam nos campos econômico, político e social. Sendo assim, a nova ordem social

conta com a ajuda também da escola, para continuar exercendo controle sobre a sociedade, e assim sendo, apenas os homens educados e instruídos é que podem participar da vida social.

Para Arroyo (2002), em decorrência da nova compreensão do que vem a ser cidadania é que a exclusão à cidadania passa a ser justificada como falta de preparo ou educação da população. Pois se o indivíduo não for educado não é considerado apto para exercer sua cidadania, condenando assim aqueles das camadas populares a serem excluídos e também determinando que tanto ele como a sua educação sejam de segunda categoria.

O que deveria ser direito garantido a todos os cidadãos, passa a ser direito apenas no papel, já que nem todos têm acesso à escola conforme uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 92,6% das crianças e adolescentes entre 4 a 17 anos estão matriculados nas escolas, totalizando 41,4 milhões, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, porém esses outros 7,4% podem parecer pouco, mas representam 3,36 milhões de crianças fora da escola, e que não têm acesso a escolas públicas de qualidade.

Estes números comparados à pesquisa realizada por este mesmo órgão no ano de 2011 é visível que houve uma queda de quantidade de crianças fora da escola, porém para que a Meta do Plano Nacional de Educação para 2019 se cumpra, e 100% destas crianças estejam nas escolas ainda há muita a ser realizado.

“As camadas populares ainda são consideradas bárbaras demais, por não estarem educadas para o uso racional da liberdade e da participação política” (ARROYO, 2002, P.38)

Para conseguirmos permanentemente uma liberdade e uma participação política, necessitamos de uma práxis educativa que leve os estudantes à consciência de seu papel, da situação que ele se encontra, do bairro que ele vive, das suas condições econômicas, etc. Uma forma de educação que não somente desperte os elementos para que veja a si, mas também ao outro. O caminho seguinte a se trilhar é apontar formas para a superação dessa situação, daí a necessidade da inserção do professor consciente politicamente, conforme nos aponta Gadotti:

O papel do pedagogo é um papel político. Sempre que o pedagogo deixou de fazer política, escondido atrás de uma pseudo-neutralidade da educação, estava fazendo, com a sua omissão, a política do mais forte, a política da dominação. Não acredito numa educação neutra: ou fazemos uma pedagogia do oprimido ou fazemos uma contra ele (GADOTTI, 1991, p.57).

É necessário que o professor esteja empenhado em formar os futuros cidadãos, mas para isso ele não deve assumir uma posição de neutralidade, não deve se omitir, e sim, ser um intelectual esclarecido e comprometido com aquilo que ele faz, fazendo da sua prática pedagógica uma ação em prol dos oprimidos. Como define Freire (2011, p.77): “não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente”.

Segundo Enguita (1989) vamos encontrar a escola pública como lugar de preparo do indivíduo ao processo de trabalho do capital. Uma vez que para o autor, ela reproduz as várias formas, a divisão do trabalho dentro da sala de aula. Ele aponta vários modos de como isso ocorre na escola como, por exemplo, a manutenção da ordem, e conseqüentemente de submissão, uma vez que o aluno deve ser disciplinado para tornar-se um bom trabalhador, por isso, os alunos vão se acostumando a relacionar-se dentro de uma hierarquia, para se tornar um trabalhador já devidamente disciplinado.

Levando em consideração esse papel que vem também sendo desempenhado pelas escolas na sociedade capitalista, existe uma situação discriminatória que, conscientemente ou não, se cumpre principalmente quando há a alienação dos seus principais agentes no que tange à ideologia desenvolvida pelo Estado.

Para Enguita (1989) essa aceitação por parte dos alunos e da sociedade em relação à autoridade da escola sobre os alunos, dá-se em decorrência da legitimidade que a sociedade concede à escola. Legitimidade essa, que se deve à importância que damos à educação, já que para muitos, é um meio de progredir, ou seja, de tornar-se alguém na vida, de ter um bom emprego.

O tratamento dado aos alunos também é questionado pelo autor, já que esse é uniforme, ou seja, as diferenças individuais e o modo de vida dos alunos muitas

vezes não são levados em conta. O aluno é apenas “considerado enquanto parte de um grupo, coletivo ou categoria” (Enguita, 1989, p.167).

Desta forma as crianças devem agir de acordo com o que se espera do seu grupo, sendo que quaisquer comportamentos que não se enquadram dentro dos padrões impostos serão sempre punidos. Enguita (1989) vai denominar esses critérios de “universais” e “específicos”. Ou seja, na escola a criança aprende desde cedo a ser simplesmente um aluno enquanto está em sala de aula, por isso deve se comportar como tal. A criança por sua vez aceitará ser tratado como aluno, aprendendo então em outras situações a ser tratado como trabalhador assalariado, como cidadão cumpridor dos seus deveres, entre outros papéis que exercerá ao longo da vida.

Nidelcoff (1989) nos aponta mais uma forma de exclusão à cidadania na educação relacionado à determinação dos saberes a serem transmitidos (lembrando-nos de que quem determina os saberes da escola é a classe dominante, representada pelo Estado): as crianças mais abastadas sempre se sentem à vontade com os conteúdos e a linguagem que encontrarão em sala de aula. Enquanto que, as crianças das classes menos favorecidas, sentem-se deslocadas e desestimuladas, já que os conteúdos pouco têm a ver com a sua realidade.

O mesmo autor ressalta que, além dos conteúdos encontramos uma disparidade enorme na qualidade no ensino das crianças das classes populares e das crianças de classes mais abastadas.

a sociedade por sua vez, não oferece uma escola igual a todas as crianças. As condições materiais e de equipamento das escolas frequentadas pelos filhos de famílias abastadas são notoriamente superiores as condições das escolas de bairro ou de regiões pobres do país. Isso possibilita a alguns, e não permite a outros, uma série de experiências por exemplo, com meios audiovisuais, instrumentos musicais, idiomas, etc... (NIDELCOFF, 1989, p.14)

Neste sentido é que a escola não oferece uma educação de qualidade para todos. E mais, aqueles alunos das classes menos favorecidas sempre serão tidos como “coitadinhos”, “indisciplinados”, aqueles que “não conseguem aprender”, pois enquanto para alguns a escola é apenas uma parte das atividades de formação, para outros ela é a única oportunidade. Assim como Nidelcoff (1989) exemplifica:

As quatro horas de aula de crianças ricas e, inclusive, de boa parte das crianças de classe média são enriquecidas com uma série de auxílios e aprendizagens complementares, como por exemplo: professores particulares para suprir deficiências em determinadas matérias, aulas de línguas, música, dança, ginástica, natação, etc. todo esse aspecto de formação de crianças está vedada para aquelas que não podem custear tais aulas extras. (p. 14)

Podemos ver nesses autores e tendo contato com as escolas ainda hoje, que a maneira como a escola vê e trata seus alunos, fez com que se ignorem as características, a criatividade, as experiências, e até o modo de vida que cada aluno particularmente tem. De certa forma cria-se um padrão que contribui mostrando as causas da realidade a qual eles pertencem, mas não incentivam, não dão oportunidades e meios para que estas sejam questionadas, argumentadas pelos alunos, cria-se assim apenas o conformismo. Enfim, “a escola contribui para que os indivíduos interiorizem seu destino, sua posição e suas oportunidades sociais como se fossem sua responsabilidade pessoal” (ENGUITA, 1989, p 193).

Assim encontramos a ideologia burguesa que vem sendo disseminada desde o século XVIII, quando firma que aqueles que não conseguem “ser alguém na vida” é porque não têm capacidade ou força de vontade. Uma vez que o pensamento iluminista entendia as diferenças sociais como diferenças de capacidade. (Ramos, 2001).

Mas a escola não pode ser vista fatalmente como sendo reprodutora da classe dominante, uma vez que em seu interior circulam diversas ideologias, inclusive das classes menos privilegiadas, sendo assim a escola é um espaço de diversidade e de possíveis lutas.

E é nesta possibilidade que se encontra o modo de agir das professoras e dos professores, tendo o contato com o aluno e sua realidade e mostrando a ele as possibilidades existentes, pois mesmo uma instituição tendo que seguir regras e normas, padrões nacionais, ela tem individualmente por si um conjunto de membros que dela fazem parte e procuram se organizar da melhor forma para executar o seu melhor funcionamento, e assim a escola pode ser uma escola para o povo e do povo, pois escola que o povo recebe é muito mais a escola que os professores organizam com sua maneira de ser, de falar e de trabalhar, do que a escola criada pelos organismos ministeriais e pelos textos escolares” (NIDELCOFF, 1989, p.19).A

escola deve formar mais do que sujeitos para serem governados, conhecedores de seus direitos e deveres, mas sim, sujeitos que lutem por seus direitos e tenham consciência que eles também podem conseguir e alcançar o que é privilégio apenas para alguns. Uma forma pela qual isso pode ocorrer é o diálogo entre professores e alunos, pois estamos em pleno século XXI e ainda temos professores que acreditam carregar verdades absolutas e inquestionáveis as quais os alunos devem apenas escutar e decorar.

Com a comunicação entre professores e alunos, e a abertura de diálogos o aluno terá a possibilidade de se ver na sua sociedade, qual é seu papel e quais as possibilidades que ele terá quando for adulto, não apenas aceitando o que lhe foi imposto:.

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformando e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (FREIRE, 2011, p.109).

Fica aos educadores este desafio, questionar a sua visão de mundo e no diálogo com o educando, juntos, entenderem a realidade por eles vivida e buscar novos modelos e soluções para seus questionamentos. Assim, o agir e o pensar de educador e educando caminharão juntos possibilitando um novo olhar para sua sociedade e buscando novas possibilidades de vida. Conforme anota Freire: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2011, p.95).

Considerações finais

Ao iniciar este trabalho tinha como hipóteses que a escola não formava cidadãos críticos e autônomos como enunciado nas legislações vigentes. O que nos levava a esta hipótese era a postura de alguns professores em sala de aula, observada durante os estágios. Assim como suas falas sobre o comportamento dos alunos, sobre a indisciplina, e a falta de interesse dos mesmos em relação aos estudos.

Partindo desta hipótese e tendo esses questionamentos em mente buscamos descobrir qual tipo de cidadão é formado nas escolas, e para isso pesquisamos os conceitos de cidadania formados na Grécia e em Roma, e os conceitos de educação do ponto de vista de alguns autores.

Através da pesquisa bibliográfica e das análises de dados, concluo que hoje, na sociedade em que vivemos, poucos têm noção e desfrutam dos direitos a cidadania previstos em Lei (no mínimo os Básicos previstos no Artigo 5º da Constituição da República Federativa Brasileira), e a maioria da população luta para conseguir um mínimo de cidadania, entre os quais estão os direitos básicos como educação, moradia, que lhes são garantidos em Lei porém são negados; vemos assim que a cidadania prevista em lei está longe da realidade de grande maioria da população.

Concebemos uma educação que ensina ao aluno como ele deve se comportar em sala de aula, que ensina métodos matemáticos e regras de linguagem, que continua ensinando a história do “descobrimento do Brasil” e comemorando datas cívicas como a “Independência do Brasil”. Para além disso, precisamos que essa escola passe a ensinar seus alunos a conhecerem e lutarem por seus direitos, a saber que são sujeitos de história e não apenas expectadores, que podem ser e fazer a diferença. Uma educação que se torne uma luta possível contra as formas de domínio, a conquista de novas formas de organização de classes.

Sabemos que essas palavras podem parecer utópicas, mas que seja uma ideologia diferente da que há séculos vêm inculcando em nossas mentes, de que só os mais abastados e capacitados é que podem ser alguém na vida e os outros devem obedecer. Uma educação que dê realmente ao sujeito a oportunidade de desenvolver-se criticamente, que respeite seus conhecimentos e sua vivência,

podendo escolher o que acha ou não certo, que lhe permita ser criativo, ao invés de copiar, repetir, obedecer, reproduzir.

Desta maneira, todos os envolvidos com a educação devem ser comprometidos eticamente com seus alunos e objetivos. Pois é somente a partir da noção de homem que queremos formar e de mundo que concebemos, é que podemos, enquanto educadores, olhar para o ser humano e ver suas necessidades, suas potencialidades, e assim dar-lhe as ferramentas necessárias para torná-lo cidadão crítico e autônomo, não um pobre coitado que nada pode conseguir na vida.

A escola deve passar de agente de reprodução social a agente de contestação e consciência crítica, e isso só será possível a medida que nós, educadores, tenhamos a coragem de nos despir da autoridade a nós concedida, e nos abirmos a ensinar e aprender, a perceber as necessidades dos nossos alunos, a conhecer sua realidade, respeitá-la e tentar torná-la um pouco melhor. A fazer com que nossos alunos saibam que a estrutura existente não é a única possível, nem a melhor, mas que ela pode ser mudada através da participação ativa de cada um.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. M “O desafio da educação para a cidadania”. In GROPPA, Julio Aquino (coord.) **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo. Summus. 1998

BERNARDES. W. M. **Da nacionalidade: brasileiros natos e naturalizados**. Belo Horizonte. Del Rey. 1995

BRANDÃO. C. R. **O que é educação**. São Paulo. Brasiliense. 2005

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº9394/96**. Brasília 1996.

BUFFA, E.; ARROYO,M.; MOSELLA,P. **Educação e Cidadania**. São Paulo, Cortez, 2002.

CHAUÍ, M. **Convite a filosofia**. São Paulo. Ática, 1998.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo. Brasiliense, 2006.

COVRE,M.L.M. **O que é Cidadania**. São Paulo. Brasiliense, 1997.

ENQUITA, M.F. **A face oculta da escola- educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre. Artes medicas. 1989.

FILHO, M. **O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia**. São Paulo. Global. 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, Ed. Paz e Terra, São Paulo: 1996.

GOMES. F. T. *et al*, **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO O SUJEITO DE DIREITOS NA SALA DE AULA E EJA(2011)**, IN: **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**, Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa-31/07 a 03/08/2012- Anais Eletrônicos-ISBN978-85-7745-551-5. Disponível em: [HTTP://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminários/seminário9/PDFa/5.08.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminários/seminário9/PDFa/5.08.pdf). Acesso em: Mar/2015

GALLO, S. **ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia: elementos para o ensino de filosofia**. São Paulo. Papirus. 2004.

MARSHAL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar. 1967.

NIDELCOFF, M.T. **Uma escola para o povo**. São Paulo. Brasiliense. 1979.

PEDRO, A.; CACERES, F. **História Geral**. São Paulo. Moderna. 1996.

PINSKY, J. **Cidadania e Educação**. Contexto. 1999.

QUINTÃO, S.M.L. **Teoria do Estado**. Belo Horizonte. Del Rey, 2001.

WERNECK, V.R. **A Ideologia na educação- um estudo sobre a interferência de ideologia no processo educativo**. Rio de Janeiro Vozes, 1984.
